

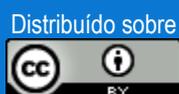


Correspondência ao Autor
 1 Rafael Siqueira de Guimaraes
 E-mail: rafaorlando@gmail.com
 Universidade Federal do Sul da Bahia,
 Itabuna, BA, Brasil
 CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/2789271398653060>

Submetido: 27 jul. 2020
 Aceito: 10 oct. 2021
 Publicado: 06 nov. 2021

[doi> 10.20396/riesup.v8i0.8660639](https://doi.org/10.20396/riesup.v8i0.8660639)
 e-location: e022019
 ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Da Metapresencialidade ao Ensino Remoto Emergencial: Como Será o Ensino Superior num Mundo Pós-Pandemia?

Rafael Siqueira de Guimaraes¹  <http://orcid.org/0000-0001-9864-9825>

¹ Universidade Federal do Sul da Bahia

RESUMO

O objetivo deste ensaio é escrutinar, por meio da análise do discurso, a proposta da metapresencialidade no Projeto da Universidade Federal do Sul da Bahia como possível antecedente do ensino remoto emergencial frente à pandemia do novo coronavírus, já que este prescinde dos parâmetros estipulados pela Educação à Distância no Brasil, mas defende um uso “intensivo” de tecnologias digitais, reforçando a centralidade na ação da/o professor/a frente ao uso destas tecnologias. Foram analisados dois documentos normativos, que marcam momentos históricos da fundação e do momento atual: o Plano Orientador (2014) e a Resolução 15/2020 (2020), conectando as propostas de metapresencialidade e de ensino remoto emergencial, verificando que a proposta pedagógica em tela vem ratificando o uso das tecnologias digitais e o controle do trabalho docente dentro de um modelo liberal de educação.

PALAVRAS-CHAVE

Tecnologias digitais. Ensino superior. Pandemia.

From Metapresentiality to Emergency Remote Education: What Will Higher Education Look Like in a Post-Pandemic World?

ABSTRACT

The purpose of this essay is to investigate, through discourse analysis, the proposal of metapresence in the Project of the Federal University of Southern Bahia as a possible antecedent of emergency remote education in the face of the new coronavirus pandemic, since it disregards the parameters stipulated by Distance Education in Brazil, but advocates an "intensive" use of digital technologies, reinforcing the centrality in the action of the teacher in the use of these technologies. Two normative documents were analyzed, which mark historical moments of the foundation and of the current moment: The Orientation Plan (2014) and Resolution 15/2020 (2020), connecting the proposals of metapresence and emergency remote teaching, verifying that the pedagogical proposal in screen has been ratifying the use of digital technologies and the control of the teaching work within a liberal model of education.

KEYWORDS

Digital technologies. Higher education. Pandemic.

De la Metapresencialidad a la Educación Remota de Emergencia: ¿Cómo Será la Educación Superior en un Mundo Pospandémico?

RESUMEN

El objetivo de este texto es analizar discursivamente la propuesta de metapresencialidad en el Proyecto de la Universidade Federal do Sul da Bahia como posible marcador de la educación remota de emergencia ante la pandemia del nuevo coronavirus, ya que prescinde de los parámetros estipulados por la Educación a Distancia en Brasil, pero defiende un uso "intensivo" de las tecnologías digitales, reforzando la centralidad de la acción del profesor en relación con el uso de estas tecnologías. Se analizaron dos documentos normativos, Plano Orientador (2014) y Resolução 15/2020 (2020), que conectan las propuestas de metapresencialidad y la enseñanza remota de emergencia, verificando que la propuesta pedagógica en pantalla ha ratificado el uso de tecnologías digitales y el control de trabajo docente dentro de un modelo liberal de educación.

PALABRAS CLAVE

Tecnologías digitales. Enseñanza superior. Pandemia.

1 Introdução

Desde o início da pandemia do Novo Corona Vírus (COVID-19) no Brasil, as Universidades Federais, autorizadas pela Portaria no. 343/2020 (BRASIL, 2020a), de 19 de março de 2020, do Ministério da Educação, posteriormente revogada pela Portaria no. 544/2020 (BRASIL, 2020b), de 16 de junho de 2020, vêm tomando distintas atitudes em relação ao que denominamos “ensino remoto emergencial”, uma modalidade especificada para o uso das tecnologias digitais para o momento específico de enfrentamento às impossibilidades de ensino presencial, em suas instituições. Até meados de junho de 2020, Universidades Federais estavam em fases distintas de discussão sobre o assunto, segundo a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2020), tendo algumas delas implementado ensino remoto apenas na pós-graduação, entretanto nenhuma delas no ensino de graduação, apesar de todas as instituições terem permanecido com suas atividades, por meios remotos, de pesquisa e extensão.

O “ensino remoto emergencial” difere-se da Educação à Distância, modelo de ensino regulamentado no Brasil desde 2005. A Educação à Distância, no Brasil, regulamentada pelo Decreto n. 5622/2005, que altera a Lei 9.394/96, a LDB, é definida como:

Art. 1º. Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005).

Assim, por esta via, um grande número de propostas (inicialmente experimentais, depois consolidadas a partir de normatizações estatais) se desenvolveram no sentido de realizar educação à distância ou mediada por tecnologias. Não tenho a pretensão de realizar um histórico da EAD no Brasil, apenas se fez aqui necessário o registro de sua normatização para o entendimento deste corpus específico de análise da proposta da metapresencialidade como desdobramento do uso das tecnologias na educação e que subjaz uma construção de argumentos discursivos nos quais me aterei em seguida.

Muito antes deste período emergencial, e, em paralelo às discussões sobre inovação tecnológica e necessidade de economia de recursos nas Universidades, no interior da proposta da Universidade Nova, houve a proposição de ensino por meio de recursos digitais que também diferia-se da Educação à Distância:

A proposta da metapresencialidade é defendida como possibilidade pedagógica no Plano Orientador da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), no interior da defesa do uso das tecnologias:
O projeto político-pedagógico da UFSB funda-se em três aspectos: primeiro, arquitetura curricular organizada em ciclos de formação, com modularidade progressiva (oferecendo certificações independentes, mas interdependentes por escolha, a cada ciclo); segundo, regime letivo quadrimestral, com otimização de equipamentos, instalações, pessoal e recursos financeiros; por último, em complemento, uma combinação de pluralismo pedagógico e uso intensivo de tecnologias digitais de ensino-aprendizagem (ALMEIDA-FILHO *et. al.*, 2014, p. 341).

Esta proposta legitima-se como projeto educacional da Universidade Federal do Sul da Bahia em um documento chamado Plano Orientador, que tem como objetivo orientar a implementação da Universidade, fornecendo nortes teóricos e epistemológicos para a atuação pedagógica da nova Universidade. Assim, é possível salientar no referido documento que:

Em atenção aos objetivos pedagógicos comuns, todos os componentes curriculares da UFSB que não requeiram participação presencial oferecem ao estudante, plenamente esclarecido quanto à responsabilidade implicada em cada escolha, três opções metodológicas:

- a) Aprendizagem presencial (aulas, seminários, oficinas, laboratórios etc.);
- b) Aprendizagem metapresencial, presença voluntária nas práticas pedagógicas com avaliação e acompanhamento presencial;
- c) Aprendizagem por passos (Método Keller), com instrução autoprogramada e heteroavaliada (BRASIL, 2014, p. 66).

Algumas pesquisas já foram feitas sobre o acompanhamento da implementação da UFSB (ROMÃO, 2015; TEIXEIRA & LARREA-KILLINGER, 2015; BRITO, 2017; ALMEIDA-FILHO, BENICÁ & COUTINHO, 2017; BARRETO FILHO, 2019; FERREIRA, 2020), o que pode nos permitir alguma amplitude de olhares sobre o processo. O objetivo deste artigo é analisar discursivamente a proposta da metapresencialidade no Projeto da Universidade Federal do Sul da Bahia como possível balizadora do ensino remoto emergencial nas Universidades Federais frente à pandemia do novo coronavírus, já que este prescinde dos parâmetros estipulados pela Educação à Distância no Brasil, mas defende um uso “intensivo” de tecnologias digitais, reforçando a centralidade na ação do professor frente ao uso destas tecnologias.

2 Nortes Teórico-Metodológicos

O corpus da análise que se propõe neste artigo é composto por: a) documento Plano Orientador da Universidade Federal do Sul da Bahia (BRASIL, 2014), e b) Resolução 15/2020.

Considero a análise discursiva, de perspectiva foucaultiana, como orientadora deste trabalho analítico. Como aponta o autor:

suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2007, p.8-9).

O autor se dedica, nesta obra, ao que mais nos interessa aqui: a vontade de saber, que tem incidência efetiva sobre quais discursos são evidenciados e a forma como o são. Tendo em vista o que o autor chamou de vontade de saber, que incide efetivamente sobre quais discursos são evidenciados e a forma como o são, Foucault (2007) chama a atenção para os procedimentos de exclusão: 1. por meio do interdito, e refere que os discursos tornados tabus e invisibilizados, e 2. por meio da distinção e rejeição, quando se rejeita, por uma suposta falta de racionalidade, o discurso de um determinado sujeito. Para além da inclusão

institucional de conceitos (metapresencialidade, ensino remoto e suas derivações e argumentações), também interessa para este estudo o modo como os procedimentos de exclusão no discurso acontecem.

Para que possa desmembrar a discursividade presente no documento e nas participações de dirigentes atuais no referido Congresso, dedico-me a contextualizar, por meio de reflexões sobre a Universidade Nova (LEHER, 2012) e Universidade Operacional (CHAUÍ, 2003), bem como dar especial atenção a estudos críticos que não tiveram a participação de gestores atuais ou antigos nas análises (BRITO, 2017; FERREIRA, 2020), ainda que haja um cotejamento com os demais estudos anteriormente também mencionados.

Com base nesta análise, coteja-se as propostas atuais de “ensino remoto emergencial” como proposta para retorno às aulas nas Universidades Federais, evidenciando a centralidade da ação do professor tanto na proposta da metapresencialidade como do ensino remoto emergencial. Busco evidenciar como os discursos estão entrelaçados dentro de uma lógica processual de neoliberalização e operacionalização da Educação Superior que o momento de pandemia apenas arrefeceu, como já vinham indicando Barreto e Leher (2008), por meio da responsabilização individualizada e o controle digital das ações, que delimita toda a sociedade estatutária liberal atual. Conforma-se, nesse momento, nas Universidades Federais, a tentativa de implementar este modelo emergencial e reside na Universidade Federal do Sul da Bahia um terreno fértil para seu desenvolvimento, não apenas como um modelo emergencial, mas, desde uma perspectiva muito próxima, como uma proposta educacional inovadora, econômica e supostamente inclusiva.

3 Da Universidade Nova ao Mundo Pós-Pandemia: Novos Modos de Vigilância e Controle

O projeto da UFSB, afiliado à Proposta “Universidade Nova”, compreende-se como uma proposta que une o tradicional e o inovador em Educação Superior:

Concebida, criada e desenvolvida na ambiguidade de ser, ao mesmo tempo, tradicional e inovadora, elitista e emancipadora, efetiva e afetiva, somente conhecendo suas condições objetivas de existência e as demandas sociais concretas a que deve responder, construirá a UFSB um conceito próprio e socialmente referenciado de eficiência acadêmica (BRASIL, 2014, p. 28).

Em suma, as palavras-chave do modelo pedagógico da UFSB são: compromisso com o conhecimento qualificado, encontro, escolha, autonomia, senso crítico e pluralidade. Resta acrescentar os aspectos metodológicos e tecnológicos. Neste projeto, o uso das TIC articula-se a uma concepção pedagógica dialógica que busca a autonomia do sujeito cognoscente nas construções de possíveis caminhos, num espaço expandido de aprendizagem, para além da sala de aula (BRASIL, 2014, p. 60, grifos meus).

Para garantir o uso intensivo e conexão entre as Unidades Universitárias (sedes e unidades interiorizadas, chamadas de Colégios Universitários), as aulas têm, como possibilidade metodológica, a transmissão síncrona das atividades, com participação, via tecnologias digitais (transmissão de imagem e som transmitidas pela internet a partir de câmeras e microfones). A otimização e o uso intensivo de tecnologias digitais acima mencionadas se fazem presentes nesta proposta. Tratemos, agora, de dois aspectos importantes para a análise do que este projeto pedagógico institucionalizado para o Ensino Superior: a análise deste projeto no âmbito das políticas educacionais para o Ensino Superior e a dimensão da performance docente posta em análise.

Como contra-discursos há que se colocar pontos de choque. Nesta discursividade da otimização há que se considerar o aligeiramento e a precarização do trabalho docente:

Recente minuta de decreto governamental (Plano Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras, de março de 2007) explicitou a questão de modo meridianamente claro. (...) Nos termos da minuta do referido decreto, os cursos genéricos - massificados - teriam de ser parcialmente à distância, valendo-se do consórcio UAB (BARRETO; LEHER, 2008, p. 433).

Este tipo de massificação da educação, a sua chegada ao interior do Brasil pelas vias digitais, desde uma perspectiva operacional, coloca corpos de professoras e professores condicionados ao uso das TICs, retira destas e destes profissionais a possibilidade criadora no processo ensino-aprendizagem. Trata-se, sobretudo, do que está posto como melhor operacionalidade, desde um ponto de vista econômico-gerencial. Como se refere Marilena Chauí a estes processos:

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos (CHAUÍ, 2003, p. 7)

Seguindo esta lógica, Roberto Leher nos ajuda a entender que:

Em todo texto (do Projeto Universidade Nova, adendo meu) está suposto que o mercado é um agente. Quando não é o mercado, os atores que induzem as transformações são não-humanos, inanimados (as novas tecnologias) ou nominalizados (a transformação, a mudança). O ator mais proeminente é o “novo mundo globalizado”. Não há protagonismo humano. A partir desses pressupostos o documento da Universidade Nova conclui que a universidade brasileira está em descompasso com esses “agentes transformadores” (LEHER, 2012, s/p, grifos meus).

O modelo de metapresença sugere normas operacionais de conduta: regras, itinerários, formações, a exemplo de uma organização empresarial. Existem, presentificados, agentes externos do fazer da professora e professor: o mercado, as TICs, o mundo. Não se identifica, no processo educacional, o papel da/o educador/a como agente criador/a de condições de mediação, silencia-se este lugar de diálogo. O diálogo dos corpos-estudantes são reduzidos a corpos que se relacionam com seus computadores e mediações midiáticas que seguem normas

de conduta, por meio de definições advindas do projeto e que relacionam-se diretamente a uma perspectiva do mercado, da operacionalização, da gestão, da flexibilização das relações de trabalho e de processos de ensino-aprendizagem presos a tempos-espços virtualizados/massificados.

Como falar, nesse cenário de salas de aula transmitidas para outras salas de aula, de consciência, da experimentação, da metáfora possível (mesmo que fosse num ambiente instável, típico das relações humano-máquina)? Metapresença ativa, com uma “presença” de um/a professor/a comandando as condições mais tradicionais de uma sala de aula, sendo “seguido” por projetores de outras salas de aula, igualmente posicionadas.

As opções não são feitas por professoras e professores, mas mediatizadas por um processo homogeneizador de Universidade, de educação, de processo ensino-aprendizagem, não é potência de afirmatividade de um lugar de educador/a e tampouco espaço de criação. É ademais, afeto a uma organização que discursa desde fora, é a TIC que organiza a sala de aula, os corpos nela contidos, e não o contrário, mas é importante aprofundar que quem promove este discurso coloca em prática um projeto de controle. A mediatização das TICs, nesse sentido, servem, de modo bem explícito, ao panóptico:

É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico pode ser utilizado (FOUCAULT, 1987, p. 181).

Compreendo que a proposta da metapresencialidade não passa de um simulacro do que é uma educação inovadora. É o que nos discursa o Plano Orientador (BRASIL, 2014), na “ambiguidade” e no pluralismo epistemológico e pedagógico que leva ao mundo externo os objetivos da Educação Superior, sob a égide de ideias ambíguas de liberdade e autonomia. Corpos unidirecionados às câmeras que reproduzem o lugar da televisão.

O lugar da ação da/o professor/a, neste cenário, da consciência de quem atua como professor/a e estudante, só pode ser sobre uma consciência de que está sendo vigiada/o constantemente, sendo submetida/o a normas de conduta, a lugares no espaço, a uma organização de espaços-tempos preestabelecidos condizentes com um processo de massificação. Nos lembra Marilena Chauí (2003, p. 13) que há “confusão atual entre democratização da educação superior e massificação”, que podem nos prender aos espaços do computador pessoal, já que todas/os as/os estudantes, sentadas/os em suas mesas circulares, têm, à sua frente, não mais que um computador, para registro, controle, acompanhamento e vivência deste processo.

Sob a égide da construção de itinerários criativos, estudantes no processo fazem escolhas formativas e se expõem a ambientes homogeneizados, onde mediações por TICs acontecem, reproduzindo simulacros inovadores, onde discursos sobre a autonomia, a democratização e a aprendizagem ativa são artifícios discursivos que silenciam a exterioridade do que objetiva efetivamente este modelo, que é a perspectiva operacional, o mercado e a massificação do conhecimento por meio da disciplinarização dos corpos que estabelecem uma relação unidirecional e homogeneizada de educação. Brito (2017), ao analisar especificamente os projetos pedagógicos das licenciaturas na UFSB, nos ajuda a compreender que, no modelo proposto, 20% da carga horária pode ser feita extra-classe, o que dá espaço para o uso da metapresencialidade e outras atividades, promovendo o que já indicamos acima: aligeiramento da formação e espaço para precarização em diversos níveis, inclusive confluindo no regime quadrimestral proposto pela instituição, com componentes curriculares que possuem a mesma carga horária realizada em outras instituições em regimes semestrais.

O trabalho de Barreto Filho (2019), que inclusive foi membro da gestão da Universidade, indica um ponto importante sobre a lógica discursiva dos argumentos da Universidade em favor de uma inclusão inovadora e a centralidade na “adesão” de professoras/es a este tipo de perspectiva denominada “inclusiva”, inclusive sendo mencionada até como “descolonizadora” (ALMEIDA-FILHO, BENICÁ & COUTINHO, 2017). Nas conclusões de sua Tese de Doutorado, Barreto Filho (2019) indica que uma das resistências enfrentadas para o desenvolvimento do projeto da Universidade tal qual foi inicialmente pensado foi relacionado à metapresencialidade. Para o autor, um dos motivos que levaram a isso foi cultura do Ensino Superior ser marcada por perspectivas tradicionais:

Evidentemente, essa reação foi facilitada pelo fato de a gestão não ter conseguido angariar o amplo apoio da comunidade para consolidar rapidamente a implantação de aspectos estruturantes do projeto, sobre os quais era de se prever que haveria reação de professores, oriundos de uma cultura marcada por um processo educacional que tem como centro a figura do professor (BARRETO FILHO; 2019, p. 192).

Já denotamos aqui que é exatamente o contrário, já que a metapresencialidade, sob a manipulação discursiva da “centralidade no estudante” reitera exatamente a centralidade na ação da/o professor/a: não importa muito as condições as quais se expõe o trabalho docente, como número grande de turmas, vigilância, necessidade de preparação exaustiva de materiais didáticos para se dar conta de tal proposta, mas sim a “resistência” individualizada de cada docente em “aderir” ou “não aderir” ao projeto, já que, no discurso que se estabelece, este projeto é “inovador”, “inclusivo” e “descolonizador”. A lógica da exclusão, por meio da ordem do discurso, referente a outras discursividades que possam questionar o que se estabelece como norma, no interior do projeto, é evidenciada quando se chega a 2020 e ao enfrentamento da pandemia de Covid-19.

Distribuída entre as Unidades Acadêmicas no dia 25 de junho de 2020, e posteriormente aprovada pelo Conselho Universitário, pode-se notar o seguinte: 1. A Resolução 15/2020, apensada de um calendário emergencial para o ano de 2020, continua reafirmando a existência do ensino metapresencial; 2. Há uma tentativa, na referida resolução, de estabelecer diferenças entre “atividades acadêmicas com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, em decorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA; 2020, p. 2) sem, contudo, definir exatamente estas diferenças, e 3. Reiterar o discurso, já presente no Plano Orientador da Universidade, em especial referente à metapresencialidade, de definir as ações de implementação e de controle das atividades de docentes (centralidade na/o professor/a).

O documento pretende legislar, institucionalmente, como passarão a ser as atividades de ensino e demais atividades acadêmicas na Universidade, ainda que o foco principal do documento esteja relacionado propriamente ao ensino de graduação. Proposto pela Pró Reitoria de Gestão Acadêmica, tem como cabeçalho:

Dispõe sobre a oferta de atividades e Componentes Curriculares por intermediação tecnológica, em função da suspensão das aulas e atividades presenciais em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (COVID 19) (UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA, 2020, p.1)

Entre seus dois primeiros artigos, a Resolução apresenta a necessidade de regulamentar o uso de “meios e tecnologias de informação e comunicação”, em seguida complementando que “atividades presenciais e metapresenciais estão suspensas”. Em nenhum momento o documento explicita quais seriam as diferenças principais entre ensino metapresencial (atividade síncrona via meios tecnológicos, como já definido neste artigo) e a nova proposta de intermediação tecnológica. Isso me leva a inferir que a principal diferença seria o local específico de onde a/o professor/a realizaria a transmissão de suas aulas – de um espaço na Universidade ou de sua casa, já que as condições sanitárias não permitem a (meta) presença docente no espaço de uma sala de aula.

Evidencia-se, então, o que venho tentando explicitar no interior deste discurso: o ensino metapresencial é uma condição muito próxima da condição de aulas por meio do uso de tecnologias num período de emergência que a Universidade se refere, ao propor, inclusive, um calendário de aulas para todo o ano letivo de 2020. A Universidade já vem funcionando, desde 2014, sob a égide de uma carência de definição de seu modelo “inclusivo” e “descolonizador”, o que fora percebido por muitas/os na comunidade acadêmica. Barreto Filho (2019) refere-se a docentes como se estas/es fossem resistentes à inovação, devido a uma espécie de cultura de educação tradicional, que parece, segundo suas conclusões, ter sido internalizada por estas/es docentes. Ferreira (2020), por meio de entrevistas realizadas com docentes da mesma Universidade, verifica que, nas narrativas destas/es, há uma motivação em afirmar inclusão na Universidade, entretanto pela via de um projeto mais plural, o que a Universidade parece não dar conta.

O que se observa neste momento de pandemia (uma Emergência de Saúde Pública) é um discurso que reitera os fundamentos de uma educação massificada, como proposto desde o início, lembrando os apontamentos de Chauí (2003). A operacionalização, via legislação interna, é uma perspectiva programática e programada de precarizar o trabalho docente – atribuindo à/ao professor/a o papel de aderência e realização de tarefas -, tendo para isto o auxílio da mediação tecnológica como “inovação” “descolonizadora” e “promotora de inclusão”.

O documento proposto para este momento integra estratégias de controle de diários acadêmicos, Planos de Ensino-Aprendizagem e controle das atividades remotas de docentes, por meio de preenchimento de relatórios e outros documentos, a fim de que se constituam provas, elementos de vigilância. Já que a metapresencialidade é composta por um conjunto de câmeras (panópticos) que não estão sendo usadas no período de emergência, outros artifícios tecnológicos serão usados para avaliar a “aderência” ao projeto de Universidade que se reifica, por meio das estratégias de controle que vão sendo criadas, num *continuum* entre o projeto de inovação metapresencial até o ensino remoto emergencial que, como observo, é uma livre adaptação do que fora proposto inicialmente como um dos grandes trunfos desta Universidade para economia de recursos humanos.

4 Considerações Finais

É possível que a Universidade Federal do Sul da Bahia seja a primeira, no sistema de ensino federal, na graduação, a retomar as atividades por ensino remoto, e isto está programado para o dia 17 de agosto de 2020. Verifico aqui, por meio da análise destes discursos que se complementam, que a vontade de verdade (FOUCAULT, 2007) opera institucionalmente com força de coerção, a fim de excluir outros discursos, diminuir elementos contextuais da realidade educacional, ratificando um sistema monolítico de “educação inovadora”, que opera em conjunto com outros marcadores do discurso, como a “inclusão” e a “descolonização”. Neste sentido, ainda que não seja a primeira ao retornar às aulas, mas, por meio destas estratégias que constroem discursivamente qualquer pessoa ou coletivo da comunidade que, ao se contrapor a um modelo tão inovador, seria, por certo, uma contraposição reacionária, a Universidade Federal do Sul da Bahia será um exemplo, um modelo de ação, nos moldes liberais, de enfrentamento da emergência da pandemia. O que já vinha sendo experimentado torna-se possível, a tecnologia conforma a ação docente, centralizando esta figura como um/a operador/a.

Assim, compreendo que, nas teias da Universidade Operacional (CHAUÍ, 2003), o “mundo globalizado” que refere Leher (2012) se (meta) presentifica na própria instituição, que constroi seus discursos, por meio de malabarismos linguísticos sem definição, a exemplo de metapresencialidade e ensino remoto, sob a égide de um constrangimento docente frente a uma política que se narra descolonizada, popular e inclusiva, mas que, ao contrário, opera com a lógica do controle do trabalho docente, mudando apenas as estratégias de um momento a outro, balizadas pelo uso das tecnologias. O apagamento do humano se dá na construção de

uma centralidade operacional da/o professor/a, que tem tarefas, tempos, espaços vigiados, seja por um número grande de câmeras que transmitem suas aulas a outras salas, seja por um controle do seu período de “estado de emergência”, por conta da situação sanitária. Cuidar de si torna-se oneroso, considerando a quantidade de estratégias de controle do trabalho, e estas mesmas estratégias parecem fortalecer a sobrevivência da Universidade que, desde seu início, esteve conectada com modelos de massificação.

Referências

ALMEIDA-FILHO, Naomar et. al. Formação Médica na UFSB: I. Bacharelado Interdisciplinar em Saúde no Primeiro Ciclo. **Revista Brasileira de Educação Médica**, n. 38, v. 3, 2014, p. 337-348.

ALMEIDA-FILHO, Naomar; BENICÁ, Dirceu; COUTINHO, Denise. Universidade popular e democratização de saberes: o caso da Universidade Federal do Sul da Bahia. **EccoS – Rev. Cient., São Paulo**, n. 42, p. 39-55, jan./abr. 2017.

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior. **Compartilhamento de informações das Universidades Federais, com orientações e medidas de prevenção contra o Coronavírus “COVID-19”**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/andifes-compartilha-medidas-das-universidades-federais-relacionadas-ao-covid-19/>. Acesso em: 27 jun. 2020.

BARRETO, Raquel Goulart; LEHER, Roberto. Do discurso e das condicionalidades do Banco Mundial, a educação superior “emerge” terciária. **Revista Brasileira de Educação** v. 13, n. 39 set./dez. 2008, p. 423-436.

BARRETO FILHO, Osvaldo. **O processo de elaboração e de implantação do projeto da Universidade Federal do Sul da Bahia: impactos sobre a cultura regional 2013-2018**. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade), Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2019, 241f.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto Federal nº. 5.622, de 20.12.2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 1 mai. 2020.

BRASIL. **Plano Orientador Institucional e Político-Pedagógico da Universidade Federal do Sul da Bahia**. Itabuna/ Porto Seguro/Teixeira de Freitas: UFSB; 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº. 343, de 17.03.2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 20 mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº. 544, de 16.06.2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 16 jun. 2020.

BRITO, Eliana Póvoas Pereira Estrela. A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e o projeto Universidade Nova: como ficam as licenciaturas? **Rev. Inter. Educ. Sup., Campinas, SP, v. 3**, n. 3, p. 563-581, set/dez 2017.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação, n. 24**, p.5-15, 2003.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. **O pensar e o agir de docentes universitários a partir das fissuras e brechas decoloniais**: as relações étnico-raciais em foco na pós-graduação. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020, 186f.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

LEHER, Roberto. Educação superior minimalista: a educação que convém ao capital no capitalismo dependente. **Insurgência, 19/10/2012**. Disponível em: <http://www.insurgencia.org/educacao-superior-minimalista-a-educacao-que-convem-ao-capital-no-capitalismo-dependente/> Acesso em: 1 mai. 2020).

ROMÃO, Tatiana Alves. **Os dilemas da inclusão na educação superior**: estudo exploratório da proposta político-pedagógica da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Nove de Julho. São Paulo: 2015, 163f.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas; LARREA-KILLINGER, Cristina. Expansão e democratização do ensino superior na Bahia: implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia e as expectativas dos alunos do Ensino Médio público. **Poiésis, Tubarão. v.9**, n.16, p. 399 - 417, Jul/Dez 2015. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/index>. Acesso em: 10 mai. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. **Resolução 15/2020**. Dispõe sobre a oferta de atividades e Componentes Curriculares por intermediação tecnológica, em função da suspensão das aulas e atividades presenciais em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (COVID 19). Itabuna, 17 de julho de 2020.